



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA DA (103ª) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO DIA 14 DE JULHO DE 2008.

Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e oito, às dezoito horas e trinta minutos, no Auditório do IPREVILLE, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde, em sua 103ª Assembléia Geral Extraordinária. Estavam presentes: Ignês Clarisse Moreira, Hamilton Correia Vargas, Armando Vieira Lorga, Sandra Regina Medeiros da Silva, Douglas Calheiros Machado, Heloisa Roeder Baumgarten, Tércio Egon Paulo Kasten, Gerson Cipriano, Liamar Michelmann Laffin, José Rodrigues dos Santos Filho, Elidiane Ribeiro, Rigler Borges, Lorival Pissetta, Lila Gerusa N. P. Abreu, Nelson Renato Esteves, Jeovane Nascimento do Rosário, Ricardo Polli, Catia Guimarães Pereira, Ana Lucia de Melo, Mario Bruckheimer, Tânia Izabel do Rosário Irala, Antonio Carlos Fernandes Vieira, Cleusa Regina de Moraes, Maury J. do Nascimento Oliveira, Aurea G. dos Reis, Lindomar Spindola de Oliveira, Luiz José Ladislau Silva, Valdir Vieira Rebello, Nelson Antonio Souza, Osni Leopoldo Batista, Cléia Aparecida C. Giosole, Edilson Meurer Boing, Belino Bernchenbrock, Ivanir Alievi Vieira, Silvia Furtado Buzzo, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Anselmo Silvério, Ingrid Poltronieri, Revelino João Fleith, cinco representantes dos conselhos locais de saúde, e cinco representantes de entidades diversas. A Pauta estava assim constituída: 1- EXPEDIENTES: 1.1-Apresentação e aprovação da pauta da reunião. 2- ORDEM DO DIA- 2.1 Apresentação e aprovação da Revisão do PAM 2008. 2.2 Educação Permanente para o controle social no SUS – 2.3 Revisão da nominata das Comissões do Conselho Municipal de Saúde: 1- Comissão de Assuntos Internos, Comissão de Assuntos Externos e Comissão de Capacitação de Conselheiros de Saúde e representação do Conselho em outras entidades: Comitê de Ética e Pesquisa da UNIVILLE, Polo de Educação Permanente, Grupo de Trabalho de Humanização da Região Norte e a Comissão de Acompanhamento do convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Instituição Bethesda – **3- INFORMES.** Pauta aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. **2.1 Apresentação e aprovação da Revisão do PAM (Plano de Ações e Metas) 2008:** Sra. Cristina, coordenadora da Unidade Sanitária, iniciou a apresentação informando que o Programa DST/HIV faz parte da Unidade Sanitária que está inserido na Gerência da Unidade de Vigilância em Saúde e contempla três programas de doenças infecto contagiosas: Programa DST/HIV, Tuberculose e Hanseníase. A equipe de trabalho está composta por quatro médicos, três enfermeiros, dois psicólogos, duas assistentes sociais, um nutricionista, um farmacêutico, quatro técnicos e auxiliares de enfermagem, dois agentes administrativos e quatro agentes de saúde I. Os atendimentos realizados pelo programa DST/HIV mensal somam em média 800 atendimentos médicos, 438 atendimentos de enfermagem, 1.000 atendimentos na farmácia, 90 atendimentos do Serviço Social, 1.052 atendimentos básicos DST/HIV, 60 atendimentos psicológicos individuais e 53 em grupo. O Programa dispõe de dois espaços físicos para atendimento, o SAE- Serviço de Assistência Especializada localizado à rua Engenheiro Niemeyer, 230 – Centro e o CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento sito à rua Carlos Lange, 41 – Bucareim. Quanto a tendência de AIDS em Joinville informou que de 1986 a 2008 foram registrados 2.541 casos clínicos de AIDS e atualmente são acompanhados pelo Programa 2.280 pessoas. Em Tratamento Anti-retroviral (TARV) são 1.782 pessoas fazendo o tratamento e todas essas pessoas utilizam o medicamento fornecido pela farmácia da Unidade Sanitária. Foi constatado que a escolaridade das pessoas com AIDS em Joinville é o Ensino Fundamental Incompleto, a faixa etária é de 20 a 39 anos, a categoria de



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



50 exposição que mais se infecta com o vírus da AIDS é, em primeiro lugar, o
Heterossexual, em segundo, Usuários de Drogas Injetáveis e em terceiro o
Homossexual. Durante o ano de 2008 a população atendida pelo Programa DST/HIV
obedeceu a seguinte ordem : Homens, a grande maioria, na seqüência, mulheres,
adolescentes, população em geral, profissionais do sexo, gestantes positivas,
55 crianças em situação de risco, idosos, pessoas vivendo com HIV/AIDS e
trabalhadores da Saúde. A populações em Risco Acrescido, ou seja, pessoas que
estão inseridas em situações de vulnerabilidade que acresce a possibilidade de se
infectar com o vírus HIV (elencadas pelo Ministério da Saúde conforme Dados
Epidemiológicos 1980-2007), segue a ordem de, profissionais do sexo, em primeiro
60 lugar, na seqüência, moradores de rua, Homens que fazem Sexo com Homem,
Usuários de Drogas Injetáveis, Usuários de Drogas em geral, mulheres, crianças,
adolescentes, caminhoneiros, idosos e população confinada. Outro dado
apresentado pela Sra. Cristina foi a população considerada vulnerável, onde a
chance de infecção pelo HIV é de 8 a 12 vezes maior que na população em geral,
65 que são os usuários de drogas injetáveis, os profissionais do sexo, a população
carcerária e homens que fazem sexo com homens. Cristina seguiu mostrando a
transição do programa, que iniciou em setembro de 2007 com a elaboração Plano
de Ações e Metas 2008, no dia 24/09/2007 foi apresentado e validado pelo Conselho
Municipal de Saúde. No mês de dezembro de 2007 houve a saída da coordenação e
70 gerencia + firma terceirizada responsável pelo planejamento e gerenciamento do
PAM (5 anos). Em fevereiro de 2008 houve a nomeação da Coordenação e gerencia
da Unidade de Saúde e Gerência da Unidade de Vigilância em Saúde. Ainda em
fevereiro ocorreu a visita do Estado solicitando a revisão do PAM 2008 e a revisão
dos itens que não haviam sido recomendados e realocação de recursos. Em março
75 de 2008 iniciou a organização de equipe técnica para realizar revisão do PAM, em
Abril/Maio aconteceu a Revisão do PAM, foram realizadas algumas reuniões,
discussões e levantamento de dados realizados pela Equipe técnica e Comissão
Municipal de AIDS e, em Junho de 2008 a definição da revisão junto ao Conselho
Municipal de Saúde. Sra. Cristina informou que a revisão foi realizada de acordo
80 com a solicitação do Estado e do Ministério, que era a de verificar os itens que não
havam sido recomendados para que fossem repensados e realocados para uma
outra ação. Apresentou a revisão realizada no Plano de Ações e Metas conforme
documento anexo. Sr. Osni perguntou sobre as bolsas ecológicas e a capacitação
de adolescentes. Sra. Cristina esclareceu que as bolsas são resultado de atividades
85 desenvolvidas por grupos, neste caso, idosos, assim como outras atividades
manuais desenvolvidas dentro de um planejamento objetivando uma ação educativa.
Quanto à capacitação de adolescentes informou que há quatro anos acontece um
curso de adolescentes multiplicadores, são vinte adolescentes que são capacitados
para trabalhar com outros adolescentes. Esse grupo atua nas escolas passando
90 informações sobre sexualidade para os adolescentes. Dra. Cleusa perguntou
quantos aidéticos estão vivos, hoje, dentro do número informado, visto que esses
pacientes vem a óbito num período de 5 a 8 anos e cerca de 30 a 40% tem o vírus
da Hepatite B ou C. Sra. Cristina falou que não tinha a informação do numero de
pacientes portadores de Hepatite B ou C, informou que quando acontece a
95 notificação de o paciente estar com Hepatite B ou C ele é encaminhado ao serviço
de Vigilância Epidemiológica que providencia o acompanhamento médico. O
presidente colocou em votação o encaminhamento do PAM/2008 à Comissão de
Assuntos Internos. Aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. **2.2**



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



Educação Permanente para o controle social no SUS. Sra. Rosinete cumprimentou todos os presentes e fez a leitura do anexo I da Resolução 363 de 11 de agosto de 2006: “ O Conselho Nacional de Saúde, após aprovação das Diretrizes Nacionais para o Processo de Educação Permanente do Controle Social do Sistema Único de Saúde – SUS, cumpre, agora o compromisso de elaborar a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS. Esta política representa uma conquista legitimada nas reuniões do Conselho Nacional de Saúde, construída em conjunto com os Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, com a coordenação da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e, com as contribuições das Oficinas Regionais sobre o tema, realizadas em abril e maio de 2006. amplia o conceito de Capacitação de Conselheiros e oportuniza o acesso às informações e aos conhecimentos sobre o Sistema Único de Saúde – SUS para o efetivo exercício da cidadania para toda a sociedade brasileira. Entende-se como educação permanente para o controle social os processos pedagógicos que contribuem para o desenvolvimento da ação do sujeito social em torno do cumprimento do direito à saúde e com metodologia participativa, através de processos formais e informais que valorizam as experiências (vivências) das pessoas. Todo o processo de formação, capacitação e educação permanente foi construído pela vontade e empenho dos conselheiros de saúde nos últimos anos. Exemplo disso, foi o 1º Congresso Nacional de Conselhos de Saúde, realizado pelo Conselho Nacional de Saúde, em conjunto com os Conselhos Estaduais de Saúde, os Conselhos Municipais de Saúde, as entidades do movimento popular e sindical e com o apoio da academia, ocorrido em abril de 1995, em Salvador – Bahia. Nesse evento, os conselheiros de todo o Brasil reivindicavam o que, naquela época, chamou-se de Formação de Conselheiros de Saúde. A partir de 1995, importantes experiências ocorreram, em sua maioria, no âmbito estadual e municipal. Em âmbito regional, registramos o Projeto Nordeste que produziu, entre outros materiais, o “Guia do Conselheiro”, que ficou conhecido e foi utilizado, inclusive, nas capacitações de conselheiros de todo o país. A primeira experiência, em âmbito nacional, foi realizada nos anos de 2000 a 2004 por meio do Programa Nacional de Fortalecimento do Controle Social. Esse programa teve caráter nacional, foi financiado com recursos externos, gerenciados pelo Ministério da Saúde, possuía cronograma definido e foi executado por um consórcio de quatro instituições formadoras reconhecidas nacionalmente. Para o Conselho Nacional de Saúde dar concretude a sua política considera como expressão máxima a justificativa das Diretrizes Nacionais de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS, no item que diz: é, pois, de responsabilidade intransferível dos Conselhos de Saúde o desenvolvimento da Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS. Esse processo envolve sujeitos sociais como conselheiros e lideranças, podendo ser realizado pelos próprios conselheiros, instituições e/ou entidades parceiras dos conselhos de saúde direcionadas para a socialização das informações e conhecimentos sobre a efetividade do controle social, a reiteração dos textos da legislação vigente e o acúmulo de experiências políticas de acordo com as Diretrizes Nacionais para o Processo de Educação Permanente no Controle Social do Sistema Único de Saúde – SUS. Assim, ao apresentar esta Política, o Conselho Nacional de Saúde reafirma seu compromisso com o fortalecimento do Controle Social, contribuindo para que os Conselhos de Saúde Estaduais, Municipais e do distrito Federal elaborem a sua Política de Educação Permanente para o Controle Social no



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



150 *Sistema Único de Saúde – SUS, considerando as especificidades locais e diversidades regionais, observando os princípios, as diretrizes e recomendações da Política Nacional.*” Rosinete informou que esse processo começou em 1995 e foi executado no período de 2000 a 2004 onde o Estado de Santa Catarina esteve evolido. Citou um parágrafo da Resolução 363/2006 referente a financiamento da participação e do Controle Social “ *A esfera municipal executa a maior parte das ações e serviços de saúde. A legislação exige repasse de recursos para as contas*

155 *especiais dos Fundos de Saúde. Esses recursos devem, obrigatoriamente, explicitar valores e percentuais para o fortalecimento da participação e do Controle Social.*” A Resolução declara também que, as questões da área da saúde, (LDO,LOA,PPA), devem ser submetidas à apreciação dos Conselhos de Saúde correspondentes e que a Participação Social no Sistema Único de Saúde-SUS como uma Diretriz

160 Constitucional e descrita nas Leis nº 8080/90 e 8142/90 é parte fundamental do Pacto, que descreve como ações o seguinte: a)”*Apoiar os Conselhos de Saúde, as Conferências de Saúde e os movimentos sociais que atuam no campo da saúde, com vistas ao seu fortalecimento para que os mesmos possam exercer plenamente seus papéis; b) Apoiar o processo de formação de conselheiros; c) Estimular a*

165 *participação e avaliação dos cidadãos nos serviços de saúde; d) Apoiar os processos de educação na saúde, para ampliar e qualificar a participação social no Sistema Único de Saúde- SUS; e) Apoiar a implantação e implementação de ouvidorias nos municípios e estados, com vistas ao fortalecimento da gestão estratégica do Sistema Único de Saúde – SUS; f) Apoiar o processo de mobilização*

170 *social e institucional em defesa do Sistema Único de Saúde – SUS na discussão do pacto.*” Rosinete comentou sobre o item 3 da Resolução, o qual diz respeito a formação de uma consciência sanitária que deve considerar a compreensão ampliada de saúde e uma articulação intersetorial com todas as áreas das políticas públicas e sociais. Comentou que foi formado uma comissão que já vem elaborando

175 um caderno sobre saúde onde pretende consultar não só profissionais da área da saúde mas também da educação e meio ambiente. Chamou atenção para o quinto item da Resolução que diz que a partir da aprovação da Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS caberá aos Conselhos nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal elaborar os Planos de Ação e Metas e constituir as Comissões Permanentes para o acompanhamento desta Política. Os gestores do Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais, Secretarias Municipais de Saúde e do Distrito Federal ao elaborarem a proposta orçamentária, garantirão recursos orçamentários para a execução da

180 Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS e nas ações previstas no Pacto pela Vida, em defesa do SUS e de Gestão. Os Planos de Ação e Metas devem levar em consideração a diversidade da população, a cultura local, o conhecimento popular e as experiências de Controle Social, a rotatividade de conselheiros de saúde, a seleção e preparação de materiais acessíveis e inclusivos e a identificação de multiplicadores comprometidos com o

185 Sistema Único de Saúde – SUS. Deverá haver produção de conteúdos para o aprimoramento do funcionamento dos Conselhos de Saúde, como a preparação de Conferências, elaboração de atas, de Resoluções, de documentos técnicos, entre outros. O financiamento, previsto em dispositivo do Pacto de Gestão, será na modalidade de repasse fundo a fundo como forma de co-participação no

190 financiamento da Política Nacional nas três esferas do governo. Explicou que este documento diz que cada conselho deveria compor a sua comissão para estudar a

195



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



viabilidade de implantação desta política. Informou que o Ministério da Saúde criou uma Comissão Intersectorial de Educação Permanente Para o Controle Social do SUS, porém esta comissão não está levando em conta o que foi proposto pela
200 Resolução 363 de 11 de agosto de 2006. Explicou que em reunião do Conselho Nacional foi discutido a proposta para a realização do Seminário Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS, conforme cópia da Ata anexo. Rosinete comentou que com esta proposta, o Ministério estará deixando de cumprir com o que já foi proposto anteriormente e solicitou que os conselheiros
205 estudem a Resolução, a proposta do Ministério e encaminhem ao Conselho Nacional sua manifestação. Deixou uma proposta de texto a ser encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde: “.....considerando o disposto na **RESOLUÇÃO No-363, DE 11 DE AGOSTO DE 2006** desse Conselho, solicitamos que a Comissão Intersectorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS – CIEPCS/SUS se atenha em agilizar o cumprimento da mesma. Caso haja
210 necessidade de atualizar qualquer um dos artigos, sugerimos que os Movimentos Populares sejam consultados, antes das negociações e pactuações entre os gestores do Sistema Único de Saúde – SUS.” e sugeriu ao Conselho Municipal de Saúde uma proposta de ação: “ *Considerando a verba disponível no Pacto da Saúde, deliberar que seja encaminhado ao MS, Projeto para o recebimento de verba
215 para custeio da Capacitação dos Conselheiros. * Que as Oficinas, Seminários e etc. sejam organizados de modo profissional e por profissionais competentes sob as diretrizes da Resolução CNS nº. 363/2006. * Deliberar que seja fixado no Orçamento da SMS, rubrica própria para os investimentos do CMS, em conformidade com a Resolução MS 333/2003.” E lembrou o que diz a Quarta Diretriz da Resolução nº.333: “**Quarta Diretriz: Os Governos garantirão autonomia para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, secretaria executiva e estrutura administrativa. (...) IV - O orçamento do Conselho de Saúde será gerenciado pelo próprio Conselho de Saúde.**” Rosinete incentivou e
225 encorajou os conselheiros a buscar mais informações e fazer cumprir o que está na lei. Sra. Ester comentou que as capacitações atuais vem sendo muito teóricas e pouco práticas. Rosinete falou que para que a situação da capacitação mude, é preciso que mais conselheiros participem das comissões. Aprovado o encaminhamento à Comissão de Capacitação de Conselheiros para análise. **2.3**
230 **Revisão da nominata das Comissões do Conselho Municipal de Saúde: 1- Comissão de Assuntos Internos:** Se prontificou a participar o Conselheiro Leonardo Rosalvo Jucinsky. **Comissão de Assuntos Externos:** Nenhum conselheiro se prontificou a participar. **Comissão de Capacitação de Conselheiros de Saúde:** Nenhum conselheiro se prontificou a participar. Representação do
235 Conselho em outras entidades: Comitê de Ética e Pesquisa da UNIVILLE: O presidente informou que a Conselheira Cléia recebeu uma solicitação para permanecer no Comitê, mas como a conselheira agora faz parte da mesa Diretora do Conselho, solicitou a aprovação da Plenária. Solicitação aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. **Polo de Educação Permanente (CIES)** Permanece o
240 Conselheiro Nelson Renato Esteves. **Grupo de Trabalho de Humanização da Região Norte:** Nenhum conselheiro se prontificou a participar. **Comissão de Acompanhamento do convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Instituição Bethesda:** Nenhum conselheiro se prontificou a participar. A conselheira Cléia solicitou inclusão de pauta referente à morte da Sra. Angela Astaruthi da Silva,
245 a qual teve morte por causa desconhecida, conforme atestado de óbito, após ter



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



percorrido vários estabelecimentos de saúde pública de Joinville. Aprovado o encaminhamento à Comissão de Assuntos Externos. **3- INFORMES:** **1)** A mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde está encaminhando cópia do Plano Municipal de Saúde de 2008 aos candidatos a Prefeito e aos Vereadores. Aos
250 candidatos a Prefeito será solicitado qual seu plano de governo para a área de saúde. **2)** Lembramos aos conselheiros que teve início o curso de capacitação de conselheiros de saúde. As inscrições estão disponíveis na recepção. **3)** Ofício nº 168/08 da SALVHE manifestando o interesse em participar do Conselho com as seguintes representantes: Dra. Cleusa Regina de Moraes e Sandra Mara
255 Scherpinski, titular e suplente, respectivamente. **4)** Correspondência da Associação dos Terapeutas Ocupacionais do Paraná, datada de 13.05.08, convidando o Presidente do Conselho a participar da mesa redonda de Terapia Ocupacional em Saúde Coletiva, no dia 27.06.08. O presidente informou que participou do evento e que o relatório de sua participação estaria a disposição na Secretaria Executiva do
260 Conselho Municipal de Saúde. **5)** Ofício GP-481-08 de 1º/07/08 do Hospital Municipal São José, informando que o equipamento endoscópio rígido de artroscopia (para realização de procedimento cirúrgico ombro) encontra-se em processo de finalização. O equipamento deve chegar ao Hospital no prazo de 10 dias, conforme empenho 001998/08 anexo. **6)** Correspondência da Associação
265 Brasileira de Odontologia, datada de 21.05.08, informando que o Dr. Rigler Borges assume a titularidade e a Dra. Nilza Cristina L.ª V. Gonçalves passa a ser suplente no Conselho. **7)** Ofício 040/08 do Conselho Local de Saúde do Parque Guarani, datado de 10.07.08, indicando a Sra. Silvia Furtado Buzo como sua representante no Conselho Municipal de Saúde. **8)** Ofício 135/08 de 11.07.08 do Hospital Regional
270 Hans Dieter Schmidt, informando que a Sra. Rita de Cássia Correa estará substituindo o Sr. Douglas Calheiros Machado no Conselho Municipal de Saúde. **8)** Correspondência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joinville, justificando a ausência de seus representantes na reunião do dia 30.06.08, por estarem participando do 2º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais
275 de Santa Catarina, em Florianópolis. Justificativa aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. **9)** Correspondência do Sindicato dos Trabalhadores da Indústrias e Oficinas Mecânicas de Joinville e Região, datada de 07.07.08, informando que o Sr. José Rodrigues dos Santos Filho não pode comparecer à última reunião realizada no dia 30.06.08, por motivo de força maior. Justificativa
280 aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. **10)** Ofício nº 144/08 datado de 10.07.08 da conselheira municipal Cléia A. C. Giosole, solicitando esclarecimentos por parte da Secretaria Municipal de Saúde a respeito das reportagens publicadas na coluna de Jeferson Saavedra, no Jornal “A Notícia” de 10.07.08. Aprovado o encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos. **11)** Ofício 003/08 de 03/07/08
285 do Conselho Local de Saúde do Jardim Sofia, solicitando a instalação de uma 2ª equipe da estratégia saúde da família no bairro Jd. Sofia, devido ao aumento populacional que o bairro tem sofrido. Segue anexo o estudo sobre a demanda e a oferta de serviços. Aprovado o encaminhamento ao Gestor. **12)** Ofício CLS 039/08 de 08.07.08 do Conselho Local de Saúde do Costa e Silva solicitando
290 esclarecimentos sobre a mudança da Secretaria Executiva do Conselho do térreo para o 3º andar. Cléia esclareceu que a mudança traz transtornos aos portadores de necessidades especiais. Douglas solicitou que fosse acrescentado ao pedido uma definição ao endereço da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde. Aprovado o encaminhamento ao Gestor. **13)** Correspondência da UNIVILLE datada



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



295 de 07.05.08, solicitando ao Conselho Municipal de Saúde que se manifeste sobre a
criação de um Curso de Residência em Odontologia em Cirurgia Buco-Maxilo Facial,
dentro de um Hospital Escola Público onde o Departamento de Odontologia da
UNIVILLE não terá participação. Solicita ainda, que o Conselho consulte junto ao
300 Conselho Reg. Odontologia de Santa Catarina parecer sobre abertura de Curso de
Residência e Cirurgia Buco-Maxilo Facial sem a participação de uma Instituição de
Ensino Superior formadora de profissionais dentistas. O presidente informou que o
assunto já está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Internos. **14)**
Correspondência da Ação Social da Saúde Comunitária do bairro São Marcos
solicita, com urgência, a reforma do telhado do Posto de Saúde, nos locais de
305 atendimento aos usuários, causando ainda, danos aos equipamentos. Aprovado o
encaminhamento ao Gestor. **15)** Ofício 250/08 da GUPCAA da Secretaria Municipal
de Saúde, fazendo esclarecimentos a respeito do Relatório de Gestão 2007(Parecer
007/08) e da Programação Anual de 2008 (Parecer 08/08). Aprovado o
encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos. **16)** Ofício nº 234/08 de
310 07.07.08 do conselheiro Douglas C. Machado solicitando 60' na próxima reunião do
Conselho, dia 28.07.08, para que o Dr. Norberto Cabral apresente os resultados dos
trabalho científico realizado por sua equipe, intitulado: Mudanças na incidência,
mortalidade e letalidade por Acidente Vascular Cerebral em Joinville – de 1995 à
2006. Solicitação aprovada como ítem de pauta na Assembléia Geral Extraordinária
315 do dia 11.08.08. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, às
vinte e uma horas e dez minutos, da qual eu, Sandra Helena Camilo Bado da Cruz,
lavrei a presente Ata.